RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3665

RECAPE: Projeto de Execução da Linha de Transporte da Central Solar Fotovoltaica da Chamusca

abril de 2025

Título: Relatório de Consulta Pública
AIA 3665
RECAPE: Projeto de Execução da Linha de Transporte da CSF da Chamusca

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: abril de 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA 3

3. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 4

4. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS 4

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública do RECAPE - Verificação do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução da Linha de Transporte da CSF da Chamusca.

O proponente do Projeto é a Empresa SUNINGER – Consultoria e Energias Renováveis Unipessoal, Lda.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 15 dias úteis de 28 de março a 17 de abril de 2025.

A publicitação do RECAPE, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:

    - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
    - Câmara Municipal de Abrantes.
    - Câmara Municipal de Constância.
    - Câmara Municipal de Chamusca.

- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.
- Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

3. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

No âmbito da Consulta Pública foram recebidas 2 exposições com a seguinte proveniência:

- 2 Cidadãos em nome individual

4. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Foram recebidas 2 exposições provenientes de cidadãos em nome individual, que discordam do Projeto e referem:

- Os Impactes cumulativos com outras centrais que existem na envolvente (CSF Casal da Valeira e CSF de Vale Pequeno) não foram suficientemente avaliados.

- Uma análise aprofundada dos fatores em presença pode indicar que os benefícios da redução de CO_2 não compensam as perdas causadas pela remoção de árvores e matos, que funcionam como sumidouros de carbono.

- Destaca, a afetação do número de árvores de diferentes espécies, que serão afetadas pela implantação da linha, mas, também, pelas três Centrais Fotovoltaicas envolvidas.

- Desmantelamento do projeto trará novos e significativos impactes ambientais e climáticos.

Dados da consulta

Nome resumido	RECAPE da Interligação da CSF da Chamusca à Rede Nacional de Transporte, a 400 kV
Nome completo	RECAPE da Interligação da CSF da Chamusca à Rede Nacional de Transporte, a 400 kV - AIA 3665
Descrição	O RECAPE em estudo é referente à linha elétrica a 400 kV, que ligará a Subestação da Central Solar Fotovoltaica (CSF) da Chamusca à Rede Nacional de Transporte (RNT), no Posto de Corte de Abrantes (ou, em alternativa, no Posto de Corte do Pêgo).
Período de consulta	2025-03-28 - 2025-04-17
Data de ínicio da avaliação	2025-04-18
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Licenciamento Único de Ambiente
Sub-tipologia	
Código de processo externo	PL20250306002399
Entidade promotora do projeto	SUNINGER - CONSULTORIA E ENERGIAS RENOVÁVEIS, UNIPESSOAL LDA
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	vera.ferreira@apambiente.pt

Eventos

Documentos da consulta

RECAPE - Volume 1 - RNT	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=c8cfd5c2d4925c23d23fb94fb2d06683
RECAPE - Volume 2 - Anexo C: Desenho 4 - Faixa de Gestão de combustível	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=bc900133a0777f2c2e31e09b4fc89aa4
LCH.PG -	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=862419849b87

LCH.AB - projeto complementar LPG.RM entre P46 e P56 - planta de localização	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=572c1b99de38657697e8ff4f51fd450f
RECAPE - Volume 2 - Anexo F: Relatório Patrimonial - parte 3	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=5228182c7bdc2bcc14a4671e3a1ccf99
LCH.AB - projeto complementar LPG.RM entre P46 e P56 - planta sobre ortofotomapa	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d96e785d66da78045e0d5bedaf72afbe
RECAPE - Volume 3 - Plano de Acessos LCH.AB - Cartografia	Documento	https://siliamb.apambiente.pt/consultapublica/?file=true&code=d9c14b695cc58260fd08d9b070af63d4

Nº Participações	2
Nº Seguidores	5

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	0
Discordância	2
Geral	0

Proposta concorrente	0
Reclamação	0
Sugestão	0

Participações

ID 83911 Demétrio Alves em 2025-04-17

Comentário:

CSF da Chamusca + Linha de Muito Alta Tensão com 28 km até AbrantesEstá em consulta pública (até 17/4/2025) o Relatório de Conformidade Ambiental referente à linha LMAT (400 kV), que ligará a Subestação da Central Solar Fotovoltaica (CSF) da Chamusca à Rede Nacional de Transporte (RNT), no Posto de Corte de Abrantes (na ex-Central Termoeléctrica de Abrantes). A CSF da Chamusca já mereceu parecer favorável condicionado da APA.Não faz muito sentido analisar, do ponto de vista ambiental, socioeconómico e climático, os dois projectos em separado. Aliás, na realidade, dever-se-á ter em consideração que, na vizinhança, há mais duas CSF, a de Casal da Valeira e a de Vale Pequeno, cujos AIA resultaram em decisões favoráveis condicionadas.Ou seja, no conjunto trata-se de uma área contínua de cerca de 1 200 hectares ocupados com três centrais fotovoltaicas e duas linhas (LMAT), com comprimentos de 34 km e de 28 km respectivamente, que têm a mesma origem e o mesmo destino, a subestação do Pego. Os efeitos cumulativos ambientais - não suficientemente avaliados - são enormes, tal como como a perda de eficiência eléctrica (não obstante as recomendações da APA), além da grande desconsideração perante o que foi recomendado no relatório "Áreas Menos Sensíveis para Instalação de Energias Renováveis", elaborado e publicado pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) em 26 de Janeiro de 2023.Considera-se muito provável, fazendo uma avaliação aprofundada de todos os factores em presença, poder-se-á chegar à conclusão de que se está perante um caso em que os ganhos de CO2 não emitido não compensam os relacionados com o efeito de sumidouro perdido (perda de árvores por corte/abate, poda e efeitos indirectos radiculares + perda de matos). Mesmo sem contar com o CO2 equivalente devido ao fabrico, transporte e montagem de centenas de toneladas de equipamentos e infra-estruturas metalo-mecânicas e eléctricas. Ter em consideração que se estima a utilização de cerca de 1 200 a 1 500 camiões durante os 22 meses da construção e montagem da central, a que se deveriam adicionar os que terão de ser utilizados aquando do desmantelamento.O número de árvores de diferentes espécies que serão afectadas, desde logo pela implantação linha, mas, também, pelas três CSF envolvidas, é superior a três milhares.Poder-se-ia argumentar que, com o Plano de Compensação da Desflorestação, o balanço poderia vir para o positivo. Mas, não existe evidência da comprovação quantitativa e qualitativa disso no processo. Por outro lado, não está garantido de forma credível que, durante duas ou três décadas, haverá, para além da fiscalização inicial, um controlo público em relação ao crescimento saudável das novas árvores. Aliás, esta é uma das questões críticas que se deixa à consideração das entidades oficiais, porque, de facto, existe um crescente caudal de informações cruzadas a apontar para substanciais incumprimentos acumulados ao longo de anos nesta matéria. Espera-se que não transvasem notícias acerca de factos geradores de sobressalto público

relacionadas com incumprimentos grosseiros quanta a esta matéria. Relembrar que, a intenção, amplamente anunciada pelas entidades públicas e investidores privados, quando se propõem investimentos em grandes e médias unidades fotovoltaicas ou eólicas (e respectivas linhas eléctricas de interligação), é contribuir para a mitigação das emissões carbónicas para a atmosfera.Neste caso o tempo de vida útil da unidade é de 35 anos. Noutros casos reais foi de 25 anos. Depois, prevê-se o desmantelamento, que terá novos e grandes impactes ambientais e climáticos! Sabe-se que tempo de vida físico não é o mesmo que o económico, mas, como o investimento já rendeu o que os investidores e financiadores querem, haverá, provavelmente, desmonte. Aliás, neste tipo de tecnologias pode acontecer que não haja a mesma durabilidade de, por exemplo, uma grande hidroeléctrica.Então, lá para 2050, é uma questão incontornável, a imensa quantidade de electricidade necessária, será gerada em que centrais?Demetrio Alves

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 83823 nuno petinga silva em 2025-04-14

Comentário:

Não quero linhas de alta tensão sequer próximo de casa!

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico: